

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA

De acordo com as definições constantes do **Manual de procedimentos operacionais n.º 015 PRF/MJ**, adotadas pela PRF, julgue os itens a seguir.

- 1 Designam-se como unidades de tráfego os veículos automotores, os de tração animal, os de tração ou propulsão humana, os pedestres e os animais de porte arrebanhados ou montados.
- 2 Na classificação do tipo de pista (simples, dupla ou múltipla), os canteiros localizados entre duas pistas onde as mãos de direção contrárias se afastam totalmente são considerados como separadores físicos entre as faixas de trânsito.
- 3 Configura acidente de trânsito com dano social a queda de um ônibus desgovernado em um desfiladeiro de uma rodovia federal que resulte na morte de vários passageiros da comunidade local.
- 4 Colidir premeditada e intencionalmente um veículo contra um poste de controle eletrônico de velocidade em via pública configura um acidente de trânsito.

João, agente da PRF, no exercício de suas atividades, foi acionado com sua equipe para comparecer a um local de grave acidente entre dois veículos. No boletim de acidente de trânsito (BAT), João narrou o seguinte: “Conforme averiguações realizadas no local do acidente, no município de Paracatu, no Km 25 da BR-040, constatamos, por meio dos vestígios, que o veículo Ford Ka-Sedan, placa XXX 0099 – MG, deslocava-se do município de Lagoa Grande para Paracatu e, após uma ultrapassagem, chocou-se frontalmente com um veículo Renault-Fluence, placa YYY 0088 – DF, que seguia em sentido contrário, de Brasília para Paracatu. De acordo com a dinâmica do acidente, o condutor do veículo Renault-Fluence, de quarenta e dois anos de idade, tentou evitar a colisão, jogando o veículo para o acostamento, porém o condutor do Ford Ka-Sedan também jogou o veículo para o acostamento, o que causou a colisão frontal, na porção da plataforma da rodovia que compreende a pista e o acostamento. Com o impacto da batida, os dois motoristas morreram imediatamente; a passageira do Ford Ka-Sedan, de vinte e oito anos de idade, foi socorrida pela ambulância da BR-040 e levada ao hospital municipal, com lesões graves, o que a levou a morrer no percurso. O veículo Ford Ka-Sedan ficou atravessado em uma das pistas; ao passo que o outro veículo foi arremessado às margens da rodovia, dando um giro sobre si, em um ângulo de 160°, imobilizando-se nessa posição. O trecho do acidente foi interrompido nos dois sentidos para os trabalhos da perícia e para a remoção dos corpos, que ficaram presos às ferragens. No trecho onde ocorreu o acidente, é permitida a ultrapassagem, e a velocidade máxima permitida é de 110 Km/h.” A imprensa compareceu ao local e solicitou ao agente João uma entrevista acerca do fato. João negou-se a fazê-lo, sugerindo que fosse estabelecido contato com a Comunicação Social da PRF, a fim de que fosse autorizada a entrevista.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens subsecutivos.

- 5 Como responsável pelo atendimento a um acidente de trânsito em uma rodovia federal, no exercício de atividade policial, o agente João poderia ter concedido a entrevista solicitada pela imprensa, até mesmo prestando informações técnicas acerca do ocorrido, sem a necessidade de autorização da Comunicação Social da PRF.
- 6 De acordo com a dinâmica do tipo de acidente de trânsito narrada, é correto dizer que o veículo Renault-Fluence sofreu um capotamento.
- 7 João agiu de forma correta ao narrar como caso de lesões graves o estado da vítima do sexo feminino, que morreu durante o percurso feito pela ambulância, a caminho do hospital municipal.
- 8 O relato elaborado pelo agente João está de acordo com o modelo de narrativa adotado pela PRF.
- 9 O agente, ao narrar o local onde ocorreu a colisão entre os veículos, poderia ter dito que o acidente havia acontecido no leito carroçável da rodovia.
- 10 A ocorrência narrada contém informações consideradas de interesse público, razão pela qual deve ser classificada como uma ocorrência relevante.

Considerando os diferentes fatores que podem contribuir para a ocorrência de um acidente de trânsito e as providências prévias para o seu atendimento, julgue os próximos itens.

- 11 Ao tomar conhecimento de um acidente de trânsito, o policial rodoviário federal deverá registrar no boletim de acidente de trânsito (BAT), em campo próprio destinado ao local do acidente, as seguintes informações: BR, Km, ponto de referência, grau de periculosidade do local e situação de interdição de via.
- 12 Acidentes de trânsito causados pela queda de uma ponte ou por deslizamentos de pista decorrem de fator humano, pois são consequência direta da construção e da conservação da via.
- 13 Nos acidentes de trânsito sem vítimas ou sem dano social em que os condutores solicitem, por telefone, a presença da PRF no local, o policial rodoviário federal informará ao cidadão que os veículos deverão permanecer na pista de rolamento com a devida sinalização e que a equipe tardará devido ao atendimento de ocorrências mais urgentes.

O levantamento de dados e a coleta de vestígios do local de acidente de trânsito são de suma importância para o perfeito entendimento da(s) causa(s) determinante(s) do acontecimento. No que se refere a cena, sinalização e isolamento do local de acidente de trânsito, julgue os itens que se seguem.

- 14 Na investigação do acidente de trânsito, o ponto C, usado onde houver local de colisão ou saída de pista, deve ser considerado na dinâmica do fato, pois auxilia no esclarecimento do acidente e na definição de responsabilidades dos envolvidos.
- 15 As informações prestadas espontaneamente por condutores e passageiros envolvidos em acidente de trânsito não devem ser registradas, pois eles ainda se encontram sob choque emocional.
- 16 Nos acidentes em que há derramamento ou vazamento de produtos perigosos, a área a ser isolada ficará a critério da equipe da PRF que primeiro chegar ao local, sendo recomendado, principalmente o uso de fitas zebreadas para delimitar o espaço.
- 17 Na representação gráfica do levantamento planimétrico do local do acidente de trânsito, os corpos ou suas partes deverão ser amarrados, preferencialmente pelo sistema de triangulação.

Antônio deslocava-se com Maria pela BR-116, com destino a Santa Catarina. Ao perceber que dois indivíduos em uma moto os seguiam, pediu a Maria que solicitasse socorro via mensagem eletrônica instantânea à PRF. Em seguida, reduziu sua velocidade, transpondo a faixa contínua no intuito de retornar ao posto da PRF, cerca de 11 km atrás. Em decorrência da manobra de Antônio, a motocicleta colidiu com o veículo. O carona da moto, após a colisão, levantou-se rapidamente e, ao perceber que Maria tirava fotos da moto, efetuou três disparos contra o carro, atingindo Antônio, que morreu no local. Maria, ao evadir-se do local, deixou seu telefone celular cair no chão e entrou na mata em estado de pânico. O condutor da moto e o carona também fugiram a pé do local. Ao chegar ao local, o agente da PRF deparou com a cena do acidente, encontrou e apreendeu o celular de Maria, pois verificou que a solicitação de socorro à PRF havia partido daquele aparelho.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

- 18 O agente agiu de forma correta ao apreender o celular de Maria, objeto que se relacionava com o fato e que poderia ser furtado por populares.
- 19 O policial rodoviário federal deverá informar a ocorrência à polícia judiciária, pessoalmente ou por telefone, registrando o nome da pessoa que recebeu a informação e o horário.
- 20 A solicitação de socorro registrada no telefone celular de Maria pode ser classificada como fator contribuinte para a ocorrência do acidente de trânsito.
- 21 Considerando a manobra realizada por Antônio, que deu origem à colisão entre a moto e o veículo, é correto afirmar que a causa do acidente de trânsito foi decorrente de fator humano.

A respeito do uso da Internet como meio de consulta e comunicação para a eficiência da atividade desempenhada pelo policial rodoviário federal, julgue os itens a seguir.

- 22 O padrão a ser utilizado, na criação de *e-mails* institucionais da PRF, deverá conter o nome do usuário, salvo em caso de servidores homônimos, em que se usa também o sobrenome, separado por *underline*.
- 23 O sítio eletrônico do DENATRAN é a fonte mais confiável para a realização de consultas sobre serviços de transportes de cargas e de passageiros interestaduais.
- 24 O painel PRF é a ferramenta que substituiu a página de *intranet* da PRF e está disponível para equipamentos *desktops* e *notebooks*, porém a versão atual ainda não permite acesso por *tablets* e dispositivos móveis.

Acerca da consulta às bases de dados da rede SERPRO, julgue os próximos itens.

- 25 A rede SERPRO pode ser acessada por meio da Internet pelo sítio de serviço denominado Emulador 3270 – Hod, em navegador como o Google Chrome e o Firefox.
- 26 Por meio da rede SERPRO, a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização disponibiliza o sistema SINIVEM, utilizado pela PRF para monitoramento de veículos nas rodovias federais.
- 27 A rede SERPRO disponibiliza ao policial rodoviário federal acesso a informações sobre o registro nacional de veículos (RENAVAM).

No que se refere à utilização da tecnologia VoIP (*Voice over Internet Protocol*), no âmbito da PRF, julgue os itens subsequentes.

- 28 A numeração dos telefones VoIP é composta por seis algarismos: os dois números iniciais indicam o DDD da localidade; e os últimos quatro dígitos, o ramal da seção.
- 29 O serviço de VoIP permite que sejam efetuadas ligações para números de telefones da rede pública, sem tarifação, o que resulta na redução dos custos com telefonia.

Em relação aos sistemas corporativos operacionais usados pela PRF, julgue os seguintes itens.

- 30 O sistema SILVER possibilita consultar se um veículo se encontra no pátio de qualquer unidade operacional da PRF, a partir de qualquer posto da PRF.
- 31 No menu do sistema de controle de multas (SISCOM), a série R refere-se a autos de infração oriundos da fiscalização de radar fotográfico.
- 32 Nas fases da cadeia de comunicações do sistema BR-Brasil, a seleção do *status* Em averiguação, no fim da vigência, indica o momento em que a equipe de unidade móvel chegará ao local da ocorrência.

A identificação de um veículo automotor é feita por meio de um conjunto de caracteres gravados em algumas de suas partes. De acordo com as normas vigentes sobre a identificação de veículos automotores, julgue os itens seguintes.

- 33** O primeiro caractere da seção de identificação do veículo (VIS), que também corresponde ao décimo caractere do número de identificação de veículo (NIV), indica o ano-modelo ou ano de fabricação do veículo.
- 34** Conforme resolução do CONTRAN, é obrigatória a gravação integral do número de identificação de veículo (NIV) em três etiquetas autocolantes destrutíveis, sendo uma na coluna da porta dianteira lateral direita, outra no compartimento do motor e a última no assoalho.
- 35** Na gravação das seções que compõem o número de identificação de veículo (NIV) não é admitido o uso das letras I, O, Q, U e Z, bem como do algarismo 0 (zero).
- 36** Nos vidros do veículo, a gravação da seção de identificação do veículo (VIS) deve estar localizada em um dos para-brisas, um dos vidros traseiros e em pelo menos dois vidros de cada lado do veículo, excetuados os quebra-ventos.
- 37** Para os veículos nacionais e importados, o número de identificação de veículo (NIV) é composto por dezessete caracteres divididos em três seções.

---

Na realização de uma atividade de fiscalização efetiva, o policial rodoviário federal deverá avaliar a autenticidade ou falsidade dos seguintes documentos: certificado de registro de veículo (CRV), certificado de registro e licenciamento de veículo (CRLV) e carteira nacional de habilitação (CNH). Acerca dos elementos de segurança presentes nos documentos supracitados, julgue os próximos itens.

- 38** A CNH é dotada de uma película plástica transparente e fosca, aplicada nas duas faces do documento, incluindo as tarjas de talho doce.
- 39** A CNH tem uma numeração sequencial tipográfica com nove dígitos, impressa com tinta preta, que apresentará fluorescência esverdeada quando submetida à ação da luz ultravioleta.
- 40** O CRV e o CRLV têm tarja calcográfica na cor azul, impressa com a técnica de talho doce, que, quando esfregada em papel branco, deixa nele resíduo de tinta.

No que se refere a inspeção veicular e diferentes tipos de adulterações veiculares, julgue os itens a seguir.

- 41** Durante uma inspeção veicular, para a limpeza da superfície de gravação do número identificador de veículo (NIV), deve ser evitado o uso de produtos que provoquem a remoção da camada de tinta, tais como solventes de tinta e acetona.
- 42** Um veículo certamente sofreu uma adulteração conhecida como enxerto ou implante caso o seu número identificador de veículo (NIV) tenha sido modificado por remoção da superfície gravada e substituição por peça com gravação original retirada de outro veículo.
- 43** Durante uma inspeção veicular, a abordagem deve ser realizada de forma segura e restrita ao exame da autenticidade das gravações do número de identificação veicular (NIV) no chassi ou monobloco e do número da seção de identificação do veículo (VIS) nos vidros do veículo.

---

Com relação ao Sistema Correcional do Poder Executivo Federal e sua aplicação no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, julgue os itens subsequentes.

- 44** A PRF, em matéria disciplinar, integra o Sistema Correcional do Poder Executivo Federal na condição de unidade setorial, vinculando-se, para a apuração de ilícitos disciplinares e administrativos, às normatizações adotadas pela Controladoria-Geral da União.
- 45** Em decorrência do princípio da oficialidade, a administração pública, na atividade de persecução do ilícito administrativo disciplinar, está estritamente vinculada à busca da verdade formal, materializada na apuração da irregularidade, mediante procedimento oficial e legalmente adequado à infração em espécie.
- 46** O compromisso de adequação funcional (CAF), alicerçado nos princípios da discricionariedade, hierarquia, razoabilidade, proporcionalidade, finalidade, eficiência e do interesse público, é aceito juridicamente como ferramenta alternativa à aplicação de pena disciplinar.

Acerca das formas de conhecimento e apuração das irregularidades funcionais e da responsabilização disciplinar do agente público, julgue os próximos itens.

- 47 Considere que um servidor público federal tenha sido processado e condenado pela prática de crime tipificado no Código Penal, não havendo, porém, tipo disciplinar autônomo previsto no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União. Nessa situação, o servidor, em face de sua condenação criminal, será alcançado na seara disciplinar por violação ao dever de observância às normas e aos regulamentos.
- 48 Em regra, na aplicação da penalidade de advertência, mesmo que estejam presentes motivos para a atenuação da pena, essa medida se impõe, não havendo autorização legal para abrandamento da sanção disciplinar.
- 49 Constituem condutas consideradas graves em seu aspecto disciplinar, sujeitas a pena demissória, entre outras, a prática de crime contra a administração pública, a prática de usura sob qualquer de suas formas, cometida em função do exercício do cargo, e a desídia, em regra, reiterada.
- 50 Por força de dispositivo legal, a denúncia apócrifa de eventual irregularidade administrativa será objeto de procedimento inquisitivo sumário, desde que contenha elementos que justifiquem o início das investigações.

Com relação às características dos direitos humanos e ao sistema nacional de proteção desses direitos, julgue os itens a seguir.

- 51 A Polícia Rodoviária Federal integra o sistema de proteção nacional dos direitos humanos, o qual reúne, além dos órgãos públicos, órgãos e entidades da sociedade civil.
- 52 Os direitos humanos têm eficácia imediata, mas sua aplicabilidade depende de leis que os regulamentem e tornem possível sua exigibilidade.
- 53 A Constituição Federal apresenta um rol taxativo de direitos e garantias, razão pela qual somente têm estatura de direitos fundamentais aqueles que constem expressamente do texto constitucional.

No que se refere às comissões de direitos humanos da Polícia Rodoviária Federal e à relação entre os direitos humanos e os conflitos sociais, julgue os itens seguintes.

- 54 Embora sejam inerentes ao convívio em sociedade, os conflitos sociais devem ser enfrentados de forma a se buscar sua eliminação no menor tempo possível, pois eles representam o maior obstáculo ao desenvolvimento de uma cultura de paz e harmonia social.
- 55 As comissões de direitos humanos da Polícia Rodoviária Federal visam não somente à sociedade civil, mas também aos servidores policiais e administrativos da instituição, incentivando, por exemplo, a capacitação desses servidores na área de direitos fundamentais.

Julgue os itens subsequentes acerca das distinções entre a polícia tradicional e a polícia comunitária.

- 56 A eficiência da polícia comunitária é medida pela ausência de crimes e de desordem, e não por sua capacidade de força de reprimir os geradores desses problemas.
- 57 Diferentemente do que ocorre com a polícia tradicional, na polícia comunitária o profissionalismo se caracteriza por reações rápidas aos crimes sérios visando ao menor tempo de resposta possível.

Relativamente à atuação da polícia ante os grupos sociais vulneráveis, julgue os itens subsecutivos.

- 58 Como a condição social ou étnica do indivíduo não se confunde com índole criminoso, a abordagem policial deve evitar os estereótipos que consideram como suspeitas as pessoas que pertençam a grupos vulneráveis.
- 59 As mulheres e a população LGBT obtiveram, nos últimos anos, importantes conquistas, das quais são exemplos a Lei Maria da Penha, a previsão legal da união homoafetiva e a criminalização da homofobia, que foram determinantes para que tenha sido praticamente eliminada a violência contra a mulher e contra as pessoas com orientação sexual diversa.

Julgue os próximos itens, que tratam da legislação aplicável às ações que utilizam força legal.

- 60 O Código Penal Brasileiro (CPB) não considera crime o policial rodoviário federal infringir a legislação agindo em estado de necessidade ou em estrito cumprimento do dever legal.
- 61 A Portaria Interministerial n.º 4.226/2010 define que, em caso de evasão de suspeito cujo veículo desrespeite o bloqueio da PRF em via pública, é legítimo o uso de arma de fogo, desde que se atinjam os pneus do veículo em fuga.
- 62 O Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei (CCEAL), instituído pelo Tratado 13/195, determina os padrões legais e obrigatórios de conduta na atividade do policial rodoviário federal.
- 63 O Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei (CCEAL) prevê que o policial rodoviário federal prime pelo respeito à dignidade humana e combata rigorosamente os atos de corrupção mediante o uso integral da força policial.

Com base na aplicação diferenciada do uso da força nas atividades do policial rodoviário federal, julgue os itens a seguir.

- 64 Em caso de abordagem pela PRF, os suspeitos deverão ser algemados pelos policiais na posição de joelhos ou deitados, para que se evitem riscos aos agentes, conforme recente decisão do Supremo Tribunal Federal.
- 65 Um suspeito que seja cooperativo deve ser abordado por meio da verbalização, ao passo que um suspeito que demonstre resistência ativa deve sofrer controle físico por parte do policial rodoviário federal.
- 66 O triângulo da força letal pressupõe que a tomada de decisões pelo policial rodoviário federal considere os fatores de risco, de habilidade e de oportunidade, preponderando sobre os outros fatores a avaliação do risco a que se sujeita o agente nas ações policiais.
- 67 A força letal representa o nível 6 do uso diferenciado da força, e os controles de mãos livres representam o nível 3.

De acordo com o que dispõem os artigos da Lei n.º 11.343/2006, definidora de crimes e medidas para a prevenção do uso indevido de drogas, julgue os itens subsequentes.

- 68 A transnacionalidade do delito, a prática da conduta delituosa pelo agente do crime prevalecendo-se de função pública e o cometimento do crime nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais ou em transportes públicos são, entre outras, circunstâncias que resultam no aumento de um sexto a dois terços da pena do crime de tráfico de drogas.
- 69 Apesar de legalmente inadmissível a prisão do possuidor de droga para consumo pessoal, no caso de uma abordagem a um usuário que porte droga em desacordo com determinação legal, a sua condução à Delegacia de Polícia Judiciária é obrigatória para a formalização do procedimento criminal pertinente.
- 70 A semeadura, o cultivo ou a colheita de plantas que constituem matéria-prima para a preparação de drogas são condutas tipificadas como tráfico de drogas por equiparação legal, independentemente se para consumo pessoal do usuário ou para venda.

No que tange a regiões produtoras de drogas e a rotas nacionais e internacionais do tráfico, julgue os itens subsequentes.

- 71 O estado de São Paulo é uma das principais plataformas de exportação de cocaína da América Latina, por agregar inúmeras circunstâncias que facilitam o tráfico transnacional da substância, entre elas o significativo mercado consumidor, o elevado número de pontos de distribuição, as excelentes condições da malha viária e a boa rede comercial e bancária.
- 72 O Brasil, além de ser considerado mercado consumidor de cocaína e estar incluído como uma das principais rotas para o escoamento da droga na América do Sul, figura atualmente como país produtor em razão do cultivo em larga escala de epadu, ou coca brasileira, na região amazônica.

Em relação aos procedimentos de fiscalização utilizados pela PRF no enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e munições, julgue os itens seguintes.

- 73 No caso de haver mais de um suspeito identificado durante uma abordagem de fiscalização, a entrevista inicial realizada simultaneamente pelo policial rodoviário federal ao conjunto dos suspeitos deverá ser pautada em perguntas que exijam respostas rápidas e curtas para agilizar e facilitar as conclusões do policial responsável.
- 74 Na formalização do auto de prisão em flagrante por crime de tráfico de drogas, o condutor a ser indicado no procedimento deverá ser o chefe da equipe que tiver realizado a diligência, ainda que ele não tenha estado presente ao flagrante.
- 75 A prova preliminar para a materialidade do crime de tráfico de drogas é o laudo de constatação da substância, que deve ser lavrado por perito oficial ou pessoa idônea indicada como perito *ad hoc* e que é peça imprescindível para a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- 76 Não constitui crime, mas mera irregularidade alfandegária em face da inexistência de potencial ofensivo, a entrada no território nacional, sem autorização da autoridade competente, de munição de uso proibido, desacompanhada do armamento.
- 77 A placa e o modelo do veículo, o itinerário dos ônibus, assim como o horário da viagem, a origem e o destino dos passageiros são fatores preponderantes para a triagem dos veículos-alvos a serem fiscalizados.

De acordo com a legislação aplicável à fiscalização de peso, julgue os itens que se seguem.

- 78 A dimensão autorizada para o comprimento do balanço traseiro em veículos de transporte de carga não articulados será, no máximo, a de 60% da distância entre os eixos, distância que é medida do extremo da roda do eixo.
- 79 A responsabilidade pela inscrição e pelo conteúdo de pesos e pelas capacidades do veículo importado cabe ao importador quando se tratar de veículos novos ou inacabados.
- 80 O peso bruto total combinado para combinação de veículos não articulados com duas unidades do tipo caminhão e reboque com comprimento de até 19 m é limitado a 57 toneladas.